

## RADAR ESPECIAL

# Palestrante critica ausência de “políticas públicas” para a educação



RENATO SEERIG

Romão: É preciso trocar a pedagogia da "certeza" pela da "dúvida"

É preciso saber diferenciar políticas públicas para educação de projetos de governos, de estratégias políticas para se chegar ao poder, que muitas vezes se encerram em quatro anos ou num período que dura apenas o mandato do governante. “Precisamos pensar a educação no longo prazo”, sintetizou Ramon Moncada, professor de universidades colombianas e integrante do Comitê Internacional do Fórum Mundial de Educação (FME), que palestrou na manhã de sexta, 30, durante a Conferência “Educação, Inclusão e Cultura Emancipatória”, no Centro Desportivo Municipal (CDM) de Santa Maria. Os demais painelistas foram Maria Paz Echeverriarza Espínola (Uruguai) que é consultora da Unesco;

José Eustaquio Romão (Brasil) e Carmem Durán (Espanha). A coordenação da conferência ficou a cargo de Salette Valezam Camba, do Brasil.

Ramon Moncada considerou que as políticas públicas para a educação devem ser construídas de forma democrática, com a participação da sociedade, e não elaboradas em gabinetes. O colombiano, de Medellín, criticou as políticas do Banco Mundial para o ensino. Segundo ele, as “políticas transnacionais não pensam a cultura de cada país e pregam uma política de educação privada”. O problema, segundo ele, é que essas políticas de orientação privatista acabam se transformando em “políticas

públicas de governos do nosso continente”.

## Resgatando Freire

Um dos momentos mais aplaudidos na conferência foi a exposição do professor José Eustaquio Romão, do Instituto Paulo Freire, que em sua fala resgatou um pouco sobre a história dos 40 anos da obra “Pedagogia do Oprimido”. Romão destacou que Freire tinha duas concepções básicas sobre educação. A primeira, segundo ele, é a “educação bancária”, que consiste no fato de o “educador querer depositar o conhecimento na cabeça do educando”. E, a outra, conceituada como “educação emancipadora”, que é multidirecional, ou seja, todos ensinam e todos

aprendem.

Para José Romão, conforme a concepção de Freire, “é preciso substituir a pedagogia da certeza pela pedagogia da dúvida”. Todos esses fatores somados levam a uma outra concepção de ser humano. Esse ser, que apregoava Paulo Freire, é “incompleto, inconcluso e inacabado”. Incompleto, explica o educador paulista, porque estamos em constante evolução. Segundo Freire, é “a transcendência do coletivo na contingência do indivíduo”. O pensamento do fundador da “pedagogia do oprimido” refuta a tese de que o professor precisa ter “didática”. Na fala de Romão, a função do educador é fazer uma “mediação pedagógica, pois ninguém aprende sozinho, mas em comunhão”.

## Rejeição às políticas compensatórias

A uruguaia, que é consultora do Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco), Maria Paz Echeverriarza Espínola, centrou sua explanação em cima de três aspectos: educação inclusiva; cultura emancipatória; a relação entre educação inclusiva, cultura emancipatória e a busca de uma sociedade mais justa. Para ela, a grande missão da educação é trabalhar com toda a forma de diversidade, tendo como horizonte essa sociedade mais justa. Entretanto, diz Maria, “nós, educadores, temos pouca 'flexibilidade mental' para aceitar essa diversidade, pois costumamos trabalhar de uma forma planificada”.

Pra combater o processo de exclusão na sociedade, segundo Maria Paz Espínola, o que está colocado na prática são as chamadas políticas compensatórias. Para ela, os efeitos negativos dessas políticas são imensos. Um deles é a estigmatização; outro efeito é o da condescendência pedagógica em que se aceita passivamente a “socialização da pobreza”; e, por último, a escola sobrecarregada, um local no qual recaem as idéias e as experiências políticas de governos as mais diversas. Apesar desse diagnóstico pouco otimista, Maria Paz Espínola diz não ter uma “receita pronta”, mas que é preciso pensar um projeto que seja mais democrático, pois não se pode sobreviver sem a escola.

## Fundações também foram debatidas

O papel das fundações de apoio dentro das universidades públicas foi tema de debate na sexta, 30 de maio, na parte da noite, no Acampamento da Juventude localizado na Escola Irmão José Otão, de Santa Maria. O presidente eleito do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN) e professor do departamento de Mineralogia e Geotectônica da Universidade de São Paulo (USP), Ciro Correia, foi o palestrante da noite. O presidente da SEDUFSM, Diorge Konrad, também acompanhou e contribuiu com a discussão. A discussão ocorreu no dia em que cerca de 50 estudantes, da UFSM e de outras universidades gaúchas, ocuparam durante horas a sede da FUNDAE, uma das fundações envolvidas no escândalo FATEC/Detran. (Veja foto da ocupação à pág. 02)

O professor Ciro Correia, que já presenciou casos de corrupção envolvendo fundações na USP, apresentou diversos dados de pesquisas realizadas nos anos 90 e 2000, que, para ele, servem para qualificar o debate em relação ao assunto junto à sociedade. Segundo Correia, as fundações só servem como uma desculpa para não se investir o que deveria em educação e que, fundamentalmente, desvia para o sistema financeiro através de amortização de juros para a dívida pública interna e externa.

O presidente eleito do ANDES frisa que não se pode cair no engodo de que o dinheiro desviado para benefício próprio é o problema principal das fundações. Para Ciro, o mais grave é que, através delas (fundações), o governo deixa de destinar recursos para as universidades, instituições que realmente promovem o ensino, pesquisa e extensão. “Isto é muito mais destrutivo do que o desvio de dinheiro para uso pessoal aqui ou ali. Esta luta é mais difícil e mais sutil”, observa. Conforme Correia, as fundações fazem parcerias para prestar serviço e acabam desvirtuando e tirando da universidade a capacidade que só elas têm.

O presidente da SEDUFSM, professor Diorge Konrad, destacou a 'explosão' dos escândalos das fundações em Santa Maria, mas sabe que isto não terá fim enquanto a lógica privada permanecer. Konrad também falou da luta da seção sindical contra a lógica privatista e da ofensiva neoliberal. “De 1990 para cá conseguimos fortalecer o sindicato, mas não a idéia política de defesa da universidade pública gratuita e de qualidade. Ainda temos a contraposição de muitos colegas”, analisou. Sobre o caso Detran, o presidente da SEDUFSM disse que apenas um dos mais de 400 projetos estão sendo investigados e que uma operação “pente-fino” deveria ser feita, caso contrário, se caminha para a privatização da universidade.



JAIANA GARCIA

Falta de repasse de recursos do governo fortalece fundações